

A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS QUE RECORREM A ASSISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE BOA VISTA-RR.

Maurilene Ramos da Silva ¹

RESUMO

Esse trabalho refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso/TCC em bacharelado em Serviço Social que ocorreu na Universidade La Salle. O processo do estágio I e II ocorreu na unidade APAE Boa Vista no município de Boa Vista – RR, fundada em agosto de 2016 e atende 140 pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Neste local foi pensado e elaborado um projeto intitulado “Rosa do Deserto e Família na APAE”, no qual se deu na realização de encontros, rodas de conversas, questionários e atendimentos, os quais participaram do projeto 10 famílias. Foi possível constatar que a partir do projeto de intervenção a percepção dos participantes geraram sentimento de agradecimento por estarem participando deste momento de conversa com a colaboração da psicóloga como suporte para enfrentar a problemática de um filho com deficiência e finalmente culminando em inclusão e encaminhamentos terapêuticos, psicológicos e com as demais profissionais especialistas, tudo isso intermediado pelo acadêmico de Serviço social.

Palavras-chave: Serviço Social; APAEs; Família.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso em bacharelado em Serviço Social que ocorreu na Universidade La Salle. Ao longo da graduação, entre os anos de 2020/1 a 2023/2 ocorreram diversos fatores que permitiram o desenvolvimento de habilidade e competências para se um profissional assistência social.

O processo do estágio I e II ocorreu na unidade APAE Boa Vista no município de Boa Vista – RR, fundada em agosto de 2016 e atende 140 pessoas com deficiência intelectual e múltipla. O estágio se deu na atuação do Serviço Social utilizando grupos reflexivos, escutas qualificadas, rodas de conversa, observação e o projeto de intervenção que trouxe como proposta visar um atendimento e acompanhamento para as famílias e responsáveis dos assistidos pela APAE BOA VISTA com finalidade de diminuir os problemas psicológico das famílias.

No processo de estágio I foi identificado que a principal demanda era a necessidade dos familiares dos portadores de deficiência sentiam-se inseridos em

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação da Prof. Dra. Lidiane Isabel Filippin. E-mail: flidiane.filippin@unilasalle.edu.com.br. Data de entrega: 30 nov. 2023.

atendimento terapêutico, pois também precisavam de acompanhamento. Frente a essa necessidade foi pensado e elaborado o projeto intitulado “Rosa do Deserto e Família na APAE” Sendo que a APAE não oferece nenhum, atendimento as famílias ou aos responsáveis que ali estão cotidianamente acompanhando seus filhos especiais ao atendimento e no estágio II foram realizados encontros, rodas de conversas, questionários e atendimentos, os quais participaram do projeto 10 pessoas.

2. A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS QUE RECORREM A ASSISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE BOA VISTA-RR.

Neste capítulo discutiremos como o atendimento especial voltados à familiares e responsáveis de portadores de necessidade especiais que procuram a APAE de Boa Vista-RR pode auxiliar no estado emocional e psicológico dos participantes com a intervenção do Serviço Social potencializando neste estudo. Para maior compreensão desta comunicação construímos subcapítulos, iniciando pela caracterização da Assistência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em seguida as particularidades das famílias que buscam apoio da APAE. Finalizando este capítulo, discutimos o processo de intervenção do Assistente Social em seu papel junto a equipe multiprofissional de levar a cabo uma boa colhida e auxiliar os familiares e responsáveis no enfrentamento do cotidiano de quem tem um integrante da famílias com necessidades especiais.

2.1. O contexto da a assistência da associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE

O surgimento das APAEs são consequências diretas da Declaração dos Direitos Humanos que se mobilizaram em torno da pessoa com deficiência. Logo, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi criada no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954 sob a influência de Beatrice Bemis. Recém-chegada dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais; e observou que essa iniciativa ainda não existia no Brasil (Castro, 2015; Junior; Ferreira; Hasem, 2016; Bezerra, 2020).

Entusiasmados pela iniciativa de Beatrice Bemis, professores, pais e médicos se motivaram a criarem as primeiras instituições na década de 1950. E com a

expansão dessa iniciativa Brasil afora, convencionou-se a tratá-la como o "Movimento Apaeano", Castro (2015) descreve que:

Motivados por ela, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae do Brasil. A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira (Castro, 2015, p. 18).

Deste modo, o “Movimento Apaeano” tornou-se então uma grande rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, profissionais, instituições públicas e privadas, parcerias e voluntários. Ademais, está presente em todo o país, promovendo a defesa dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência e sua inclusão social, proporcionando atendimento integral a cerca de 250 mil pessoas com deficiência, sendo nesta área de atuação o maior movimento social do Brasil e do mundo (APAE BRASIL, 2015).

Com a difusão do movimento Apaeano no Brasil, as APAEs passam a ser organizadas como instituições filantrópicas, de caráter cultural, assistencial e educacional. Regidas pela Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) e tendo como filiadas 2.201 instituições em todo o Brasil em 24 Federações Estaduais, o “Movimento Apaeano” é dividido em quatro níveis: APAE no Município corresponde a entidade; Conselho Regional; Federação das APAEs do Estado; Federação Nacional das APAEs, devendo ser respeitada essa hierarquia (Fiorentin, 2019).

Em relação a sua organização as APAEs Fiorentin, (2019, p. 20) destaca que se fazem da seguinte forma:

A partir de uma diretoria eleita compostas de pais e associados, essa associação administra a APAE no município. Na região Vale do Uruguai de Santa Catarina, como por exemplo, as APAEs são filiadas a um Conselho Regional, que composto por membros de cada APAE, deliberam as questões pertinentes aos interesses das pessoas com deficiência a partir da realidade apresentada. No âmbito estadual, há uma Federação das APAE a qual defende os interesses dos deficientes em nível do Estado. E no âmbito nacional, as APAEs estão organizadas em torno da Federação Nacional das APAEs.

A APAE tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. A mesma, têm autonomia administrativa e jurídica perante a administração pública ou privada, na comunidade em que ela está inserida, sendo proibido qualquer vínculo que comprometa a filosofia e os objetivos do movimento (Junior; Ferreira; Hasem, 2016).

É sabido, também, que as APAEs têm como compromisso promover de forma contínua a qualidade de vida das pessoas com deficiências, preferencialmente intelectual e múltipla, nos respectivos ciclos de vida das crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade, na qual ela está inserida. Assim, as pessoas com deficiência recebem atendimento e atenção das APAEs, que por meio de recursos da comunidade e prefeituras, estabelecem fatores para ampliar a acessibilidade, eliminar os fatores e promotores de exclusão, garantir a dignidade e o exercício da cidadania, bem como para assegurar os cumprimentos dos seus direitos (APAE BRASIL, 2015).

Em seu estudo Silva (2021) pontua quatro campo de atuação ou quatro áreas fundamentais como “pilares” de atuação das APAEs em todo o território brasileiro, que são saúde, assistência social, educação e convivência. As mesmas pode ser caracterizadas a seguir como:

Na área da saúde é ofertado acompanhamento individual ou em pequenos grupos, que visa o desenvolvimento sistêmico das potencialidades e inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla, juntamente com a participação da família. No campo da assistência social, é feito o acolhimento, a elaboração do diagnóstico social, o acompanhamento e o atendimento aos assistidos em prol de seu desenvolvimento, bem como ações que contribuirão para a construção da identidade e valorização humana. Tratando-se de educação, o principal objetivo é despertar interesses e habilidades cognitivas, sociais e comportamentais das pessoas com necessidades educativas especiais, a fim de construir sua cidadania e proporcionar sua inclusão na sociedade. Por fim, mas com igual importância, o centro de convivência é composto por duas ações, que são elas a inclusão no mercado de trabalho e o convívio social, tendo como missão proporcionar aos usuários a manutenção de suas capacidades físicas, sociais e intelectuais, garantindo-lhes melhor qualidade de vida como cidadãos (Silva, 2021, p. 36).

Como observado, a história das Apaes nasceu com um movimento de iniciativa da sociedade civil. Em seguida, o Movimento Apaeano então, ampliou-se para outras capitais e, posteriormente, para as cidades do interior dos estados, fazendo surgir entre os anos de 1955 e 1962, 16 Apaes em todo o Brasil (APAE ESPÍRITO SANTO, 2017).

Os dados mais recentes, apontam que, no ano de 2019, antes da pandemia do coronavírus, as APAEs, distribuídas entre mais de 2 mil municípios brasileiros, realizaram quase 25 milhões de atendimentos, nas áreas de prevenção e saúde, educação, inclusão no mercado de trabalho e assistência social, totalizando, assim, mais de 1 milhão e 300 mil pessoas assistidas naquele ano. Demonstrando, inegavelmente, o quanto a sua atuação é abrangente e fundamental para a vida, não só de milhares de brasileiros com deficiência, mas também para as suas famílias (Silva, 2021).

2.2 A questão do amparo das famílias de deficientes pela APAEs

A família tem papel fundamental, expresso na Constituição Brasileira de 1988, de acordo com seu artigo 227, o dever de assegurar os direitos da infância e da família, da sociedade e do Estado. Porém no artigo 226 declara que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado, retomando para o Estado a obrigação legal de estabelecer políticas públicas de proteção às famílias (BRASIL, 2005).

Nesta seara, a família é a unidade básica do indivíduo, a primeira integradora e responsável pelo desenvolvimento da criança em todos os sentidos social, emocional, sensório-motora, cognitiva, etc. Isto por que é a família quem propicia as primeiras e mais essenciais estimulações para o desenvolvimento integral da criança, sendo, portanto responsável pela formação inicial da personalidade do sujeito (Pintanel; gomes; Xavier, 2013).

Silva (1998) destaca que as funções da família são proteger seus membros, favorecer sua adaptação à cultura e sociedade a qual pertencem dar suporte ao desenvolvimento da criança, elaborando regras e auxiliando-as no processo de socialização e instrução progressiva, ajudar e dar suporte para que as crianças sejam pessoas emocionalmente equilibradas, capazes de estabelecer vínculos afetivos satisfatórios, além de auxiliar na elaboração da própria identidade

A Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/93 (BRASIL, 2004) define em seu artigo 2º que a assistência social tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice, o amparo à criança e adolescente carente, a promoção na integração no mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a sua promoção e integração à vida comunitária. Para a efetiva proteção e inclusão na vida comunitária, hoje já podemos dizer que

existem vários mecanismos legais que garantem, mas ainda não contamos com serviços e ações suficientes que operacionalizem o que foi definido na LOAS-93.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem estruturado. A mesma, propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes. Sendo assim, a família que não está incluída numa rede de proteção social capaz de assegurar suas atribuições pode não corresponder as prerrogativas legais existentes hoje (Ferrari, 2008).

Nesse contexto, a família deve ser pensada prioritariamente na condução das políticas públicas porque são nas relações familiares que os valores, que a cultura do cuidado se estabelece e se perpetua, para que sejam responsabilizadas pelos seus atos de cuidado e não cuidado a mesma deve ter sido alvo de um sistema de proteção e preservação dos seus vínculos de pertencimento, recebendo condições objetivas e subjetivas de manutenção e sobrevivência (Faria; Vaz, 2009).

No que tange as famílias com algum membro deficiente, por exemplo, as crianças deficientes não possuem famílias diferentes de outras famílias e estas colocam nos mesmos ideais, sonhos, fantasias e projetos de que sejam saudáveis mentalmente e fisicamente, valores que a sociedade moderna impõe. Contudo, a família não está preparada para lidar com uma criança deficiente, o que provoca uma alteração na organização familiar, pois:

A presença de uma criança deficiente em uma família cria uma situação que apresenta um problema novo, nunca enfrentado antes, e impõe esforços sob muitos aspectos, tais como emocional, físico e econômico. O conhecimento de que seu filho não está se desenvolvendo normalmente sempre vem devagar e a mãe pode se recusar a enfrentar a situação, desenvolvendo uma situação de fracasso (Silva, 1998, p; 67).

Com uma pessoa deficiente na família certamente ocorrerão desafios que exigirão de cada membro adaptação e mudanças para uma boa interação a frente a nova situação, Silva (1998, p. 67) argumentava que:

A família do deficiente tende a ser uma família traumatizada, pois a chegada de um bebe deficiente não estava programada. Nenhuma família espera uma criança deficiente. O choque a surpresa, muitas vezes humilhante e culpabilizadora, pode implicar um conjunto de atitudes afetivas que em nada favorecem o desenvolvimento da criança. O elo contrário tende a manifestar dois comportamentos antagônicos: superproteção e a rejeição.

Nessa realidade, há famílias que dão conta do desafio, enquanto outras têm maior dificuldade e não conseguem se reorganizar. Dão mostras de desesperança, desânimo e cansaço na jornada com a criança e, por vezes, sua estrutura é ameaçada e sua capacidade de reagir frente às situações de crise potencialmente desestruturadas encontra-se enfraquecida (Barbosa *et al.*, 2012)

Nesse sentido, a participação em grupos de intervenção e programas de auxílio, em instituições como a APAE, pode ser de muita ajuda aos pais de deficientes, pois auxiliam no incremento de informações e dos recursos de enfrentamento e adaptação, gerando a possibilidade de compartilhar suas vivências com outras pessoas que convivem com uma realidade parecida. Se houver dificuldades para lidar com o nascimento de um filho deficiente, os pais devem procurar o auxílio que julgarem necessário para a adaptação à rotina da deficiência, visando à melhor qualidade dos vínculos familiares (Fiamenghi Jr; Messa, 2007).

Essa intervenção é importante, pois, observa-se que na maioria das vezes, o tratamento enfoca unicamente a deficiência do membro e ou da doença da criança, a qual é entendida como o único problema existente, fazendo com que tudo gire em torno disso. Assim, os aspectos emocionais das famílias, em especial das mães, são negligenciados, ficando para estas apenas a função de cuidadora e de executora das ordens dos profissionais (Pereira, 2018).

Nessa conjuntura, ou seja, diante das manifestações da questão social vivenciadas pelas famílias da pessoa com deficiência, cabe desenvolver o trabalho socioeducativo de maneira contínua e permanente, no qual os usuários dos serviços constroem uma consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade para nela atuar de forma transformadora. E ainda, um espaço onde ocorra a troca, a socialização e a democratização das informações, baseado, não num mero repasse, mas num processo reflexivo, logo isso deve ocorrer com às famílias que são acompanhadas pela APAE (Jesus, 2005).

Bezerra; Furtado (2020) enfatizam que a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) é um importante ente nesse processo, oferecendo acompanhamento especializado sem fins lucrativos para possibilitar o desenvolvimento e qualidade de vida para portadores da Síndrome e demais deficiências e suas famílias.

Portanto, ao longo de entrevistas e de conversas com as mães que essa instituição vem trabalhando. Pois, é na APAE que elas são acolhidas e que recebem

os atendimentos clínicos, as informações necessárias para compreender a deficiência do/a filho/a e também as orientações de como ser mãe de crianças com necessidades especiais (Silva *et al.*, 2019).

2.3 A prática do assistente social na APAE

A gênese do Serviço Social como profissão surgiu no Brasil na década de 1930, quando as relações sociais estavam se construindo em bases históricas e materiais, especificamente no modo de produção capitalista, que implicam em variações sócio-históricas e culturais (ENPESS, 2018).

A partir deste ponto, o Serviço Social passou por transformações impulsionadas pelo movimento de Reconceitualização, que teve início na década de 1960 e ganhou força na transição dos anos 1970 para os anos 1980, sendo um marco nas transformações vivenciadas pela profissão. Desta forma, os anos de 1980 colocaram em destaque o debate sobre a dimensão política da profissão e o debate da categoria sobre o compromisso político-profissional com a classe trabalhadora tendo um contexto de acordo com Magalhães (2023, p. 26):

A década de 1980 é, portanto, um marco fundamental nesse processo de conquistas: as políticas (desencadeadas pela organização político-sindical e pela reorganização das entidades representativas da categoria); as teóricas, marcadas pela obra de Yamamoto (Yamamoto e Carvalho, 1982), publicada em 1982, que, através de uma sólida fundamentação, buscada em Marx, colocou em novos patamares a compreensão dos fundamentos sócio-históricos e do significado do Serviço Social no processo de (re)produção das relações sociais burguesas, forneceu as bases para a crítica à ética tradicional; as éticas, que em 1986 pela primeira vez desde 1947, romperam com os pressupostos neotomistas e com a visão conservadora que orientou historicamente o Código de Ética Profissional, instituindo um novo Código de Ética orientado pelo compromisso com as classes trabalhadoras, seguindo pelos anos noventa com uma série de conquistas.

Seguindo a cronologia, o Serviço Social é uma profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662 de 1993 e reconhecido como área de conhecimento. Deste modo a profissão se consolidou quando passou a defender, diante das diretrizes curriculares de 1996, lei que regulamenta a profissão nº 8662/1993 e em seu código de ética de 1993 *“a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação de classe, etnia ou exploração de gênero”*. É importante mencionar que o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social atua como um norteador do exercício profissional do Assistente Social, assumindo o compromisso com a liberdade, a democracia, em suma na defesa e na viabilização dos direitos da classe trabalhadora, seguindo os preceitos da

dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão (Silva, 2023).

Ademais Silva (2023) descreve que instrumentalidade do Serviço Social se constitui de três dimensões que estão todas em relação:

Teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. É uma atividade regulamentada na sociedade como uma profissão liberal, com autonomia relativa, regida por um estatuto de assalariamento, o que insere os profissionais numa condição de compra e venda de sua força de trabalho, ou seja, o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, tendo na esfera do Estado e nos organismos privados os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais (Silva, 2023, p. 37).

Em se tratando de formação, esta possibilita que o profissional reúna múltiplas habilidades para atuar em distintas áreas, nos mais diversos campos sócio ocupacionais. Dentre elas, a inserção do Serviço Social acontece majoritariamente na esfera pública estatal, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, principalmente nas prefeituras. Em seguida, pelas instituições Privadas (empresas lucrativas) e pelo “Terceiro Setor” (entidades filantrópicas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, dentre outras) (Silva, 2023).

É justamente nessa última, a exemplo da Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais/ APAE é um espaço sócio ocupacional do que se convencionou denominar “terceiro setor”, logo, uma das atribuições do assistente social no “Terceiro Setor” consiste em identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da viabilização de seus direitos, implantando e administrando formas de os usuários adquirirem seus direitos sociais (Costa, 2005).

No tocante à APAE, o Serviço Social está subordinado a uma direção, como os demais setores, sendo um dos seus objetivos propor um trabalho em conjunto com a família e a escola, visando a uma maior interação entre esse tripé. Também, os conhecimentos necessários ao serviço social nessa instituição referem-se ao Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao Estatuto do Idoso, ao Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), às deficiências, síndromes, alcoolismo, drogas, sexualidade (Turnes, 2009).

É importante saber, que o profissional dessa área conta com autonomia na instituição, recebendo um tratamento de respeito e credibilidade, e mantém um

trabalho de interação com os demais profissionais que compõem a equipe da escola, que é formada por Psiquiatra, terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, pedagogo e por professores e funcionários (Silva, 2023).

Na prática, o Serviço Social, mantendo essa interação com esses profissionais, visa à orientação familiar em vários aspectos, como também à integração família – escola – comunidade. Tem como princípio a valorização do ser humano, por meio de estudos e análise do contexto geral, intervindo nas variáveis que dificultam o desenvolvimento de indivíduos, grupos e comunidade, pois como enfatiza Turnes, (2009, p. 36):

O profissional de Serviço Social a cada ano vem concretizando essa proposta de trabalho multidisciplinar no ambiente escolar. Vale ressaltar os avanços obtidos nessa área, com resultados satisfatórios e de qualidade, sempre pautados no Código de Ética da profissão, respeitando as relações com o usuário, considerando as demandas e utilizando os instrumentais técnico- operativos, a saber: reuniões; visitas domiciliares; relatórios; triagens e orientações acerca dos direitos sociais.

Logo, atuando e envolvendo vários setores da sociedade, o serviço social é abrangente nas áreas da saúde e educação, empresa pública e privada, e instituições filantrópicas. Sendo assim, o exercício do profissional de Serviço Social é dirigido para a orientação das famílias dos deficientes aos seus direitos de cidadãos e membros da sociedade quanto à aceitação do aluno com suas limitações, quanto aos recursos comunitários para as famílias em vulnerabilidade econômica (Barbosa et al., 2012).

Por conseguinte, neste processo há que se destacar que o Serviço Social se insere no contexto institucional sendo um mediador entre as demandas sócio familiares no que concerne a dinâmica de relações familiares e sociais e na intermediação entre estes sujeitos e os mecanismos de acesso aos direitos que lhes devem ser assegurados. Sendo um agente pedagógico é também agente político e potencializador dos grupos familiares para que estes reconheçam a deficiência e saibam como interagir com ela no âmbito intrafamiliar e societário. Assim sendo, a atuação do Serviço Social no âmbito da família Apaeana torna-se espaço estratégico de sua atuação (Turnes, 2009).

3 INTERVENÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA VOLTADAS AOS FAMÍLIAS NA APAE DE BOA VISTA-RR

Neste momento do trabalho, apresentamos as experiências construídas no campo de estágio, as quais permitiram identificar o processo de trabalho do Assistente Social em uma unidade da APAE, seus desafios e as expectativas de atuação a partir do projeto “Rosa do Deserto e Família na APAE”.

3.1 Caracterização do Local do Estudo

A APAE Boa Vista é afiliada a APAE BRASIL que fica situada na Av. Sumuru, 67- calunga, município de Boa Vista, estado de Roraima. Fundada em agosto de 2016, até então era o único estado que não possuía a associação. Essa unidade conta com acompanhamentos e atendimentos de Fisioterapia, Fonoaudióloga, Terapia Ocupacional, Psicólogo, Assistente social Educação Especial e Procurador jurídico. Atualmente a APAE BOA VISTA conta com recursos oriundos da parceria APLUB CAPITALIZAÇÃO e APAE BRASIL nos moldes do decreto nº 6.388/08, das circulares SUSEP nº365/08 e 376/08.

A APAE BOA VISTA possui sede própria, com salas de atendimento sócio assistência, sala de oficinas para as famílias e alunos, sala de aula, sala de atendimento terapêutico, área administrativa, cozinha, área externa, possuem banheiros com sanitários adaptados as necessidades das pessoas com deficiência atendidas. Atualmente atende a 140 pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

A unidade conta com atendimento e acompanhamento de profissionais especializados, sendo 1 fisioterapeuta, 1 procurador jurídico, 1 assistente social, 2 educadores especiais, 2 psicólogos, 2 terapeuta-ocupacional e 2 fonoaudiólogos. O estudo de intervenção foi realizado na APAE BOA VISTA no município de Boa Vista, estado de Roraima em duas etapas durante os Estágio I e II, sendo respectivamente uma no período de setembro a dezembro de 2022 e a seguinte no período de abril a junho de 2023.

3.2 Atividades realizadas durante o período de estágio na APAE BOA VISTA

No quadro I abaixo estão reunidas e resumidas as principais atividades realizadas ao longo do estágio I e II na APAE BOA VISTA no município de Boa vista no estado de Roraima.

Quadro I. Resumo das atividades realizadas nos Estágios I e II

ATIVIDADE/ AÇÕES	OBJETIVOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
OBSERVAÇÃO E ELABORAÇÃO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL	Observar e acompanhar a supervisora nos atendimentos, acolhida, reuniões a fim de conhecer a Instituição e produzir a análise institucional.	Diário Análise Institucional Parte I e II.
ACOLHIMENTO	Acolher aos familiares possibilitando a escuta e aproximação com os mesmos construindo vínculo de confiança nos	Diário

	serviços, e que os usuários possam também expor seus problemas dificuldades enfrentadas.	
ATENDIMENTO	Fortalecer a convivência com os usuários e familiares/responsáveis, que frequentam a instituição.	Diário Ficha/cadastro
BUSCA ATIVA	Busca ativa, através das fichas cadastros dos assistidos, essa busca foi realizada por via ligações telefônicas aos familiares e responsáveis, com maior pertencimento e inclusão comunitária junto à instituição.	Telefone ☎ □
REUNIÃO	Acompanhamento das famílias e os responsáveis que frequentam APAE, para identificação das queixas e necessidades. Nesse momento, todos podem interagir, trocando suas experiências, colocando sua satisfação e insatisfação com a instituição	Lista/participantes.
RODA DE CONVERSA	Proporciona momento de fala escuta, atendendo e apoiando aos familiares, orientando-os sobre a importância dos cuidados com a saúde mental e qualidade de vida.	Lista de participantes
ATIVIDADE DO MAPA FALADO, EXECUTADO JUNTOS AS FAMÍLIAS DA APAE.	No primeiro estágio foi possível a construção do mapa falado, um momento que todos os familiares/responsáveis que participaram expõe de forma escrita ou desenhada, suas dificuldades enfrentadas dentro e fora da instituição com seus deficientes.	Diário/ foto
ENTREGAS DE VERDURAS.	Foi realizada entregas de verduras aos familiares e responsáveis dos assistidos. Verduras recebidas na instituição por doadores de projeto.	Lista assinada Por Recebedores
ENTREGAS DE FRUTAS AOS FAMÍLIARES DA APAE.	Foi realizada entregas de frutas, recebida na APAE, para as famílias mais carentes.	Lista/assinada Pelos Recebedores

3.2 Síntese do projeto de intervenção

O projeto de intervenção trouxe como proposta visar um atendimento e acompanhamento para as famílias e responsáveis dos assistidos pela APAE BOA VISTA com finalidade de diminuir os problemas psicológico das famílias. Pensando nesta necessidade dos familiares, desenvolveu-se a intervenção a partir do projeto “Rosa do Deserto e Família na APAE”, o objetivo do projeto foi promover atendimento voltado aos familiares e responsáveis dos assistidos da APAE visando o apoio, atendimento psicológico e assistência terapêutico. Os objetivos específicos buscaram mapear as famílias que apresentam fragilidade em seu cotidiano; organizar roda de conversa com temas relevante que estimulem a discussão entre os participantes,

socializar suas dificuldades e expectativas; Avaliar e oferecer atendimentos às famílias e responsáveis que tem necessidade de acompanhamento, considerando a necessidade que esses precisam, também, serem inseridos em atendimento terapêutico.

3.4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que se utiliza de grupos reflexivos, escutas qualificadas, rodas de conversa, observação entre outras técnicas e instrumentais. Participaram do projeto 10 pessoas. Para a coleta e sistematização dos dados recorremos ao diário de campo, relatórios descritivos e pesquisa documental nos prontuários. Foram realizadas 4 encontros e aplicados 1 questionário. Para análise dos dados coletados utilizamos a teoria social crítica a partir das leituras no processo de formação em Serviço Social.

3.5 Apresentação e Discussão dos Resultados

Participaram do projeto 10 pessoas, sendo 7 mulheres e 3 homens. Como se observou, a participação das mães ou mulheres responsáveis são a maioria, isso é evidente no trabalho de Oliveira e Finelli, (2014) onde a mãe, que é quem na maioria das vezes assume, ou é chamada a assumir, o compromisso e a responsabilidade de cuidar deste filho(a).

Os participantes apresentaram faixa de idade de 18 a 50 anos. Em relação a escolaridade a maioria afirma possuir ensino fundamental e a minoria somente ensino médio. Um projeto semelhante Turnes (2009), constatou abrangência da faixa etária de 25 a 75 anos e referente ao grau de escolaridade concluiu-se que a prevalência é de mães com nenhum grau de instrução escolar, com índice de 40% de analfabetismo, seguido de 30% das mães com ensino fundamental incompleto, 20% das mães com ensino médio completo e 10% com ensino superior completo. Borilli (2020) encontrou Em relação à escolaridade, a maior parte dos pais (82%; n=56) e das mães (63%; n=44) concluiu o ensino médio, já Figueiredo; Cardoso; Amorim (2022) em relação ao nível de escolaridade, 50% (n=20) possuem ensino médio completo. Logo infere-se que neste trabalho e a literatura que há nas famílias uma prevalência de indivíduos com baixa escolaridade.

Concernente a renda, 3 afirmaram que ganham 1 salário mínimo, os demais recebem benefícios como o BPC-PBF-AUXILIO BRASIL, a maioria apresenta uma condição de desemprego, dependendo de benefício social e BPC, como afirma Magalhães (2023):

Muitas dessas mães se encontram desempregadas ou são impossibilitadas de despender de sua força de trabalho, pois os filhos necessitam de cuidados em tempo integral. Algumas recebem benefício socioassistencial, sendo beneficiárias do Auxílio Brasil, do Aluguel Social, da Habitação Popular (em que são cedidas casas ou apartamentos de posse da prefeitura), ou estão inseridas no Programa Inclusão Produtiva (que gera renda para a população municipal) (Magalhães, 2023, p. 55).

As reivindicações dos participantes, no início do projeto eram que as famílias precisavam de acompanhamento, sentiam falta de apoio, principalmente psicológico, gostariam que tivessem mas profissionais especializados dentro da instituição e que a sede fica em uma localidade muito isolada, queriam que fossem mas centralizada (Diário de campo, 2023). Nesse sentido Fiamenghi Jr. e Messa, (2007) discorrem que a rede de apoio e os serviços disponibilizados para tratamento e acompanhamento da pessoa com deficiência parecem favorecer a adaptação da família, que necessita ser atendida com recursos e profissionais adequados.

As temáticas trabalhadas foram os cuidados a saúde mental e psicológica, a importância da participação em rodas de conversa, com a troca de experiência e oportunizar o atendimento contínuo para todos os que dele necessite, pois de acordo com Turnes (2009) esses momentos de convivência trazem as mães subsídios para o crescimento e troca de aprendizado do grupo, como também estes espaços são empregados com momentos de lazer e passeios, sempre com a coordenação da assistente social da instituição.

Os principais resultados obtidos do projeto realizados com o grupo de mulheres e homens foi que estes apresentavam fragilidade emocional, problemas psicológicos, dificuldades cotidianas e sentimento de exclusão. Esses resultados vão de encontro com que preconizava Blascovi-Assis (1997), o nascimento do filho (a) com deficiência causa diversas complicações provenientes de sentimento de culpa, negação, rejeição e, em consequência, mudanças tanto na relação quanto na estrutura dessa família. Esses sentimentos emergem e pode ser explicados como sugere Amaral (1995) muitas vezes, são consequências de imaginários do próprio pai e da mãe, que pensam a deficiência por meio do tripé deficiência, incapacidade e impedimento.

Somado a isso, segundo Buscáglio (1993) há famílias com pessoas deficientes, que sofrem preconceitos da sociedade, e com isso acham-se discriminados e com poucos direitos. Geralmente sentem-se assim pela atitude de menosprezo dos que os cercam, nas ações de indulgência de amigos e parentes, nas reações de evasão de

estranhos e ainda mais nos tratamentos apresentados pelos profissionais que se dizem dedicados a reduzir as dificuldades das deficiências físicas e mentais.

A percepção dos participantes sobre os encontros geraram sentimento de agradecimento por estarem participando deste momento de conversa com a colaboração da psicóloga como suporte para enfrentar a problemática de um filho com deficiência. Nesse sentido, Pelchat *et al.* (1999) analisaram a eficácia de um programa de intervenção precoce em famílias com um filho deficiente e constataram que esse tipo de programa pode auxiliar significativamente a adaptação dos pais nos primeiros dezoito meses da vida da criança. Em comparação com o grupo controle de pais que não haviam participado de um grupo de intervenção precoce, os pais do programa apresentavam melhor adaptação à deficiência da criança, sentiam-se menos ameaçados por sua situação parental e apresentavam menos stress emocional, ansiedade e depressão. Isso fica evidente na fala de alguns dos participantes:

“[...] gostei muito, principalmente saber que nós famílias podemos ser incluída neste grupo de atendimento”. “[...] Quero continuar participando, achei muito importante, termos esse apoio. Fiquei feliz em saber melhor, como é importante o cuidado com nossa saúde psicológica”. “[...] Tinha muitas dúvidas sobre o que sentia, agora quero me cuidar. Estou muito satisfeito com o projeto, ainda mais que nós como família que acompanhamos nossos filhos, iremos ser também acompanhados, pois estávamos precisando” (Diário de campo, 2023).

Outras falas dos participantes eram que *“[...] me senti muito à vontade, ao conversar com outras pessoas que passam as mesmas situações que eu”, “[...] Aprendizado, respeito por si mesmo, aprendendo a cuidar da saúde mental” e “[...] Satisfeito e grato pelo aprendizado e fortalecidos com conhecimento adquiridos”* (Diário de campo, 2023). Essas palavras corroboram com os argumentos de Fiamenghi Jr e Messa (2007) que a participação em grupos de intervenção e programas de auxílio pode ser de muita ajuda aos pais de deficientes, pois auxiliam no incremento de informações e dos recursos de enfrentamento e adaptação, gerando a possibilidade de compartilhar suas vivências com outras pessoas que convivem com uma realidade parecida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desse trabalho foram feitas a partir das experiências que vivenciei nos estágios I e II que ocorreu na unidade APAE Boa Vista no município de Boa Vista – RR, no trabalho com 10 famílias utilizando projeto de intervenção intitulado “Rosa do Deserto e Família na APAE”. O projeto foi de fundamental importância, pois me mostrou a relevância do Serviço Social nesse espaço e me possibilitou compreender que o Serviço Social pode intermediar suas ações entre as famílias e a equipe multiprofissional da unidade no sentido de realizar o trabalho de intervenção com as famílias e garantir uma melhor qualidade de vida.

No processo de estágio foi identificado que a principal demanda era a necessidade dos familiares dos atendidos pela instituição de serem, também, inseridos em atendimento terapêutico, pois precisavam de acompanhamento. Logo, a partir do projeto de intervenção a percepção dos participantes gerou sentimento de agradecimento por estarem participando deste momento de conversa com a colaboração da psicóloga como suporte para enfrentar a problemática de um filho com deficiência.

Ademais, desafios foram constantes, principalmente a situação mais desafiadora foi reunir as famílias na instituição, pois a associação fica em uma localidade muito afastada da cidade e geralmente os familiares e responsáveis já estão adaptados a irem à instituição somente nos dias de agendamento para os atendimentos dos filhos especiais, somado a isso era notório as dificuldades de interação dos participantes e muitas famílias se mostravam muito abaladas com as dificuldades cotidianas o que muitas das vezes impedia de se realizar um trabalho mais produtivo.

Contudo, mesmo tendo muitos desafios, mas foi muito importante o trabalho do assistente social dentro de uma instituição, pois permitiu a aplicação dos instrumentos técnico-operativo no trabalho de intervenção junto às famílias proporcionando assim uma melhor qualidade de vida para os participantes, pois essas famílias sofrem diariamente as consequências de uma sociedade desigual.

Nesse contexto, todas as atividades realizadas foram satisfatórias, havendo empenhamento e interação de todos os participantes, culminando em inclusão e encaminhamentos terapêuticos, psicológicos e com as demais profissionais especialistas, tudo isso intermediado pelo acadêmico de Serviço Social nos estágios I

II através da intervenção desenvolvido pelo projeto “Rosa do Deserto e Família na APAE”.

REFERÊNCIAS

Amaral, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial. 1995.

APAE ESPÍRITO SANTO. **A história das Apaes**. Apae ES, c2017. Disponível em: <https://www.apaees.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/49fd7137-a301-4206-b69d-1ee5e2b89d16/276.pdf>. Acesso em: 25 out. 20223.

APAE BRASIL, Federação Nacional das APAES. **Inclusão da pessoa com Deficiência**. SiteAPAE Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>. Acesso em: 21 out. 2023.

BARBOSA, Maria Angélica Marcheti; BALIEIRO, Maria Magda Ferreira Gomes, PETTENGI, Myriam Aparecida Mandetta. Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis. V, 21, n.1, p. 194-9. 2012.

BEZERRA, G. F.; FURTADO, A. C. Educação de excepcionais no periódico mensagem da APAE (1963-1973): uma pedagogia para a modelagem e ajustamento social. **Educação em Revista**, v. 36, n. 1, p. 1-26, 2020.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamento de uma gênese histórica. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar., 2020.

BORILLI, Marcela Cesaretti. **Qualidade de vida de famílias que têm filhos com deficiência intelectual leve associada ao transtorno do espectro do autismo leve**. Orientador: Débora Gusmão Melo. 2020. 103 f. Dissertação (Mestre em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12337/dissertacao_Marcela_DG_Melo_02mar2020.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. LOAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. *Lazer e deficiência mental*. São Paulo: Papirus.1997.

BUSCÁGLIA, Léo F. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record,1993.

CASTRO, Fátima Maria de. **O papel da apae frente à inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino em carinhanha-BA**. Orientador: ERIVALDO FERNANDES NETO. 2015. 47 f. Monografia (Curso de Especialização em

Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília – UnB, BRASÍLIA, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15423/1/2015_FatimaMariaDeCastro_tcc.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, v. 7, n. 2, 2005.

ENPESS. **Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social**. Vitória (ES): UFES. 2 a 7 de dezembro de 2018.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. Introdução. In KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 8. Ed. Brasília: Cortez-UNICEF, 2008.

FIORENTIN, Daniela Tavares. **A importância da apae no atendimento dos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla do município de são miguel do oeste**. Orientador: Nilton Oliveira da Silva. 2019. 45 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25966/1/2019_DanielaTavaresFiorentin_tcc.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

FIAMENGHI JR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, Filhos e Deficiência: Estudos Sobre as Relações Familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**. v, 27, n.2, p. 236-245. 2007.

FIGUEIREDO, Jander Phillipe Diniz; CARDOSO, Larissa de Melo; AMORIM, Minerva Leopoldina de Castro. O perfil socioeconômico de mães de pessoas com deficiência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e500111436570, 2022.

JESUS, Cristiane da Silva de. **O serviço social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103099/2222pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2023.

Leandro José Clemente JUNIOR; Maiza Visani FERREIRA; Adriana de Oliveira HANSEN. Importância das APAE: uma pesquisa sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela APAE cantinho do céu. **Uberaba**, v. 16, n. 34, p. 155-182, Fev.-Jul., 2016.

MAGALHÃES, Fábiana Mariane de Assis. **A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**: Um estudo referente às Políticas Sociais, a partir de experiências na Clínica de Reabilitação Especializada no Atendimento de Pessoas com Deficiência Cláudio Arlindo Martins. Orientador: Virgínia Alves Carrara. 2023. 68 f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2023. Disponível em:

https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5592/6/MONOGRAFIA_Atua%C3%A7%C3%A3oAssistenteSocial.pdf. Acesso em: 5 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. F.; FINELLI, L. A. C. (). Qualidade de vida de mães com filhos atendidos na APAE de Montes Claros/ MG. **Revista Bionorte**. v. 3, n. 2, p. 30-38. 2014.

PELCHAT, Diane; BISSON, Jocelyn; RICARD, Nicole; PERREAULT, Michel; BOUCHARD, J.-M. *Longitudinal effects of an early family intervention programme on the adaptation of parents of children with a disability*. **International Journal of Nursing Studies**. v. 36, Issue 6, p. 465-477. 1999.

PEREIRA, Marília Gabriela Di Labio. Do sonho à realidade: o impacto da deficiência no âmbito familiar. **Psicologia.pt**. ISSN 1646-6977. 2018. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?do-sonho-a-realidade-o-impacto-da-deficiencia-no-ambito-familiar&codigo=TL0473&area=. Acesso em: 2 nov. 2023.

PINTANEL, Aline Campelo; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER, Daiani Modernel. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado. Rev. **Gaúcha Enferm**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 86-92, Junho 2013.

SILVA, Nicole Di Clemente E. **Uma análise da APAE enquanto organização social e o seu papel na educação das pessoas com deficiência curso de direito – UniEVANGÉLICA 2021**. Orientador: Alessandro Paixão. 2021. 49 f. Monografia (Bacharel em Direito) - UniEvangélica, ANÁPOLIS, 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18490/1/Nicole%20Di%20Clemente.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SILVA, Carmem Anselmi Duarte da. Família e Educação. In: LOCH, G. M.; YONES, M. A. (Org.). **A família que se pensa e a família que se vive**. Rio Grande: Editora da Fung, 1998.

SILVA, Mirta Oliveira da. A família do Excepcional. In: LOCH, G. M.; YONES, M. A. (Org.). **A família que se pensa e a família que se vive**. Rio Grande: Editora da Fung, 1998.

TURNES, Ivonete Maria Miranda. **Um estudo com as mães da apae de santo amaro da imperatriz, a partir dos limites e das possibilidades com seus filhos deficientes**. Orientador: Ivana Marcomim. 2009. 78 f. Monografia (Assistente Social) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2009. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/11378/1/99694_Ivonete.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.